

JOSÉ ROBERTO DA SILVA

PRISÃO CIVIL

QUAL A
IMPUGNAÇÃO
MAIS EFICAZ?

CÁRCERE *VERSUS* FOME

Prefácio: Des. Héctor Valverde Santanna
Apresentação: Prof. Dr. Gustavo Ferreira Ribeiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 Do objeto de pesquisa.....	1
2 Da metodologia empírica aplicada no trabalho.....	9
3 Conceitos operacionais	24
4 Estrutura	28
5 A decretação da prisão civil no ordenamento jurídico brasileiro	29
6 Mapeamento da jurisprudência do TJDFT (2019-2022)	31
1 A prisão civil sob a ótica do devedor.....	43
1.1 Justificativas ineficazes do devedor para evitar a prisão civil.....	43
1.1 Justificativas eficazes do devedor para evitar a prisão civil	82
Justificativas relativamente eficazes do devedor para evitar a prisão civil	98
1.4 Justificativa absolutamente ineficaz do devedor para evitar a prisão civil.....	109
2 A prisão civil sob a ótica do credor	113
2.1 Justificativas ineficazes do credor para o recebimento dos alimentos.....	114
2.2 Justificativas eficazes do credor para o recebimento dos alimentos....	123
2.3 Justificativas para a flexibilização do rito: a combinação transitória de medidas	134

2.4 Justificativas relativamente eficazes do credor para o recebimento dos alimentos.....	137
3 A prisão civil sob a ótica do ministério público	141
3.1 Justificativas ineficazes para o recebimento dos alimentos.....	141
3.2 Justificativas eficazes para o recebimento dos alimentos.....	144
4 A prisão civil sob a ótica da defensoria pública.....	153
5 A prisão civil no contexto da pandemia – COVID-19.....	155
5.1 O período inicial e a justificativa de risco à saúde pública (justificativa eficaz)	155
5.2 O período posterior e a justificativa de melhora do cenário epidemiológico (justificativa eficaz para retomada da prisão fechada).....	156
5.3 Justificativas individuais e sua eficácia	157
5.4 Conclusão.....	158
6 A prisão civil sob a ótica do poder judiciário	161
6.1 Critérios utilizados pelo TJDFRJ para a decretação da prisão civil.....	161
6.1 As divergências nas Turmas Cíveis.....	164
7 A prisão civil sob a ótica da análise do discurso	169
7.1 Formações discursivas e posições-sujeito predominantes.....	170
7.2 Marcas linguístico-enunciativas e operadores de legitimação	172
7.3 Esquemas argumentativos recorrentes (modelo de Toulmin)	173
7.4 A construção discursiva dos sujeitos: “Pai Provedor” vs. “Mãe Protetora” e o “Estado Garantidor”	175
7.5 Estratégias argumentativas e figuras de linguagem.....	177

7.6 A Mutação do discurso jurídico.....	178
7.7 O Discurso como campo de batalha.....	179
7.8 Conclusão	179
8 A prisão civil sob a �tica das representa�es sociais	181
8.1 Procedimento de leitura representacional do corpus	182
8.2 Núcleos figurativos e campos representacionais recorrentes	183
8.3 Representa�es por ator e efeitos nos argumentos.....	183
8.4 A pandemia como operador simbólico.....	185
8.5 Mapa estrutural (núcleo–periferias) por ator	185
8.6 A eficácia dos argumentos na Teoria da Representa�o Social	186
8.7 Implica�es práticas: como “falar” ao núcleo central.....	187
Considera�es finais.....	189
Referências.....	195
Anexo A – Processos arquivados no 2� grau de jurisdi�o no período de 2019 a 2022 (TJDFT)	231
Anexo B – Processos do anexo A com julgamento pelo órgão colegiado.....	259
Anexo C – Processos do anexo B com corre�o de falhas	275
Posfácio.....	285